

## **ANEXO II**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBJETO:** Contratação de clínica especializada no tratamento e reabilitação a dependentes químicos.

**CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de clínica especializada no tratamento e reabilitação a dependentes químicos.

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações.

**JUSTIFICATIVA:**

Proporcionar tratamento e reabilitação aos dependentes químicos. A internação de dependentes químicos é regulada pela lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Diante do aumento de dependentes químicos no nosso Município nos últimos 02 anos e da busca constante de pedidos de ajuda de familiares para o tratamento dessa doença e da qualidade de vida que seus entes merecem, impossível não haver uma preocupação com a situação que nos leva a refletir sobre as formas mais eficazes de tratamento.

Dessa forma, segundo as classificações CID-10 e CID-11 (Códigos Internacionais de Doenças, 10ª e 11ª edições), a dependência química é classificada como um transtorno mental, e sua presença pode aumentar a probabilidade de desenvolvimento de outros transtornos.

Logo internação em ambiente fechado conta com recurso terapêutico mais eficaz para os cuidados com a dependência química.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

Estima-se a contratação de clínica especializada na prestação de serviços de internação em clínica de dependência química para pacientes maiores de idade do sexo masculino e feminino, para atender internações voluntárias, involuntárias e/ou compulsórias de forma integral, 24 horas por dia, em todos os dias da semana.

**CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

**SUBCONTRATAÇÃO:**

Fica vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações do objeto contratado.

**DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

**DA CONTRATAÇÃO:**

Por item, mensal. Definidos no Estudo Técnico Preliminar.

**SOLICITAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

O início dos serviços será formalizado com a emissão da Ordem de Serviços que será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com o Departamento de Compras;

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

A convocação poderá ser enviada à contratada via Correio eletrônico (e-mail).

**ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO:**

As estratégias de execução do objeto estão pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

**CANCELAMENTO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PELA CONTRATANTE:**

Caso haja necessidade de cancelamento da execução dos serviços, sua solicitação deverá ser devidamente justificada.

**GESTÃO DO CONTRATO:**

O contrato/ARP deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato.

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses.

**ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

A **ADMINISTRAÇÃO** se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados no edital e seus anexos.

**PRAZO DE FATURAMENTO/PAGAMENTO:**

Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria Municipal, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico a **CONTRATADA**, após o recebimento definitivo das notas fiscais eletrônicas, devidamente conferidas e aprovadas pela gestora do contrato.

A nota fiscal eletrônica, sem qualquer rasura, deverá ser emitida até 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e será paga em até 10 (dez) dias, contados da liquidação, mediante apresentação do Relatório dos Serviços Realizados, salvo reprovação de serviços ou da própria fatura.

Para cada pagamento haverá o Laudo de Medição correspondente com a respectiva lista de frequência de cada paciente.

Em cada nota fiscal eletrônica emitida deverá ser destacado o imposto retido de acordo com a legislação tributária, não havendo destaque dos impostos, o **CONTRATANTE** efetuará a retenção do valor de acordo com as normas legais vigente e a tabela de retenção aplicáveis ao caso.

O Relatório de Serviços não apresentado pela **CONTRATADA** ou não anuído pelo **CONTRATANTE** enseja a devolução da nota fiscal eletrônica ou interrupção do tempo para o devido pagamento.

#### **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:**

A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor valor mensal por item, observadas as exigências deste termo de referência.

#### **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NECESSÁRIOS A PARTICIPAÇÃO**

Para habilitar os interessados em participar do certame serão exigidos, os seguintes documentos relativos a:

Habilitação Jurídica;

Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

Qualificação Técnica Profissional e Operacional;

Qualificação Econômico Financeira;

Declarações Complementares.

#### **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA**

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual dos Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual dos Débitos Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade referente a Débitos Federais, inclusive com a Dívida Ativa e Contribuições Federais e a Seguridade Social;

Prova de Regularidade referente à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

Registro ou inscrição da empresa na entidade comercial competente.

Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

Alvará de Funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária do Município.

Indicação do responsável técnico da licitante, devidamente registrado no Conselho Profissional competente, relativo às atividades pertinentes ao objeto licitado.

Comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico indicado pela empresa.

#### **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis;**

**No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial, limitar-se-á ao último exercício exigível;**

As licitantes que adotaram a escrituração digital ECD-SPED, já exigíveis estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial, devendo apresentar obrigatoriamente, em seu lugar, o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital **(ECD-SPED), pelo Agente Receptor SERPRO (Modelo Demonstrativo), dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis;**

**No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o SPED, limitar-se-á ao último exercício exigível;**

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo simples nacional poderão apresentar o DEFIS em substituição ao balanço patrimonial; neste caso, obrigatoriamente deverão apresentar:

**O enquadramento no Simples Nacional, comprovado através de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;**

**A Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS (Modelo Demonstrativo), dos dois últimos exercícios exigíveis;**

**No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o DEFIS, limitar-se-á ao último exercício exigível.**

Quaisquer empresas não optantes pelo simples nacional, inclusive ME ou EPP, e que não adotaram a escrituração digital (ECD-SPED) deverão obrigatoriamente apresentar o Balanço Patrimonial;

As empresas constituídas no mesmo exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação, ficando autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo registro contábil de abertura;

A Capacidade Financeira da pessoa jurídica representada pelo Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis de cada exercício social deverá ser comprovada pelos seguintes índices:

Liquidez Geral (LG);

Liquidez Corrente (LC); e

Endividamento (E).

**Tais índices serão calculados como se segue:**

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP);$

$LC = (AC / PC);$

$E = (PC + ELP) / PL.$

**Onde:**

PL = Patrimônio Líquido;

AC = Ativo circulante;

PC = Passivo circulante;

ELP = Exigível a longo prazo;

RLP = Realizável a longo prazo.

**Serão exigidos índices de:**

Liquidez Geral, igual ou maior a 1,0;

Liquidez Corrente, igual ou maior a 1,0;

Endividamento, igual ou menor a 1,8.

A demonstração dos índices deverá ser efetuada através da elaboração de documento contendo as fórmulas acima indicadas, declaração formal de que os valores respectivos inseridos foram extraídos do balanço patrimonial apresentado, bem como os respectivos quocientes apurados e as assinaturas dos representantes legais e de seu contador, devidamente identificados.

As certidões terão validade pelo prazo nela consignados e quando omissão terão validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

## **DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

Junto as documentações, os licitantes deverão apresentar as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

Declaração de Idoneidade **(Modelo)**;

Declaração dos Requisitos de Habilitação **(Modelo)**;

Declaração de Não Vínculo **(Modelo)**;

Declaração de Exame do Edital **(Modelo)**;

Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal **(Modelo)**;

Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital - ECD-SPED **(Modelo)**;

Declaração de Informações Sócio Econômicas e Fiscais – DEFIS **(Modelo)**;

Declaração que, se vencedora, irá disponibilizar pessoal técnico **(Modelo)**;

Declaração do cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006 **(Modelo)**;

Declaração de que no preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão-de-obra, materiais, estadias, alimentos, transportes, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste edital, relativo aos trabalhos objeto desta licitação **(Modelo)**.

Declaração de conhecimento e aceite da Ata de Obrigações Vinculadas **(Modelo)**.

## **CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

A proposta deverá ser apresentada, por meio eletrônico, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões.

A proposta de preços deverá conter:

Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa;

Modalidade e número da licitação;

Especificação do objeto licitado, conforme edital e anexos;

Valor global por item, discriminando o preço unitário e total dos itens que o compõe.

Os valores unitários e totais devem ser apresentados em moeda nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

O valor global por item deve ser apresentado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 02 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais.

Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da assinatura.

Local, data e assinatura do representante legal da empresa licitante.

Será facultado à contratante, quando necessário, exigir da licitante comprovação da exequibilidade da proposta ofertada.

O critério para aceitabilidade da proposta será o de menor valor global por item.

#### **DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO**

Rejeitar quaisquer serviços se não executado de acordo com o estabelecido;

Regressar contra a **DETENTORA** no caso de indenização ou reparação a terceiros em razão da má execução dos serviços;

Executar o pagamento da forma disposta;

Fornecer a medicação necessária ao atendimento de cada paciente.

#### **DAS RESPONSABILIDADES DA DETENTORA**

Oferecer alimentação de boa qualidade, seguindo normas vigentes da Vigilância Sanitária;

Oferecer toda a assistência necessária, incluindo condições de asseio e higiene, alimentação, assistência, materiais necessários para o desenvolvimento de atividades e demais materiais que se fizerem necessários no período de internação;

Oferecer atendimento à família durante o período de tratamento, orientando-os sempre sobre seu estágio e, estratégias de acompanhamento pós-alta;

Executar fielmente os serviços nos termos desta Ata e da Ata de Registro de Preços, do edital e demais normas legais respondendo pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial;

Responsabilizar-se por todos os ônus relativos aos serviços;

Proibir castigos físicos, psíquicos ou morais e/ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.

Manter durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Designar prepostos para atendimento de possíveis ocorrências e fiscalização durante a execução do objeto;

Responsabilizar-se pelo suporte para atendimento médico de Urgência e Emergência aos internados quando em crise de abstinência ou em fase de uso de drogas e álcool e qualquer outra intercorrência clínica e psiquiátrica;

Responsabiliza-se por danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na execução do objeto, sendo que a fiscalização designada pela **ADMINISTRAÇÃO** não caracteriza a exclusão destas responsabilidades;

Comprometer-se a comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde qualquer intercorrência que signifique a saída do paciente internado da instituição, seja ela, alta definitiva, alta terapêutica, fuga, internação em hospital devido a algum problema de saúde que assim o exija;

Realizar integralmente os serviços, com rigorosa observância dos elementos técnicos fornecidos pela **ADMINISTRAÇÃO**, bem como refazer ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados com erros, defeitos ou imperfeições técnicas, quer sejam decorrentes da sua execução;

Fornecer a **ADMINISTRAÇÃO**, sempre que solicitados, todas as informações e dados técnicos necessários, bem como atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

#### **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais normas atinentes, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

O licitante ou o contratado, será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Dar causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções Administrativas

Advertência;

Multa;

Impedimento de licitar e contratar;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

A execução do contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da legislação vigente.